

FRAGMENTAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E RECOMBINAÇÃO DE ESPECIALIDADES EM TORNO DA SOCIOLOGIA

Mattei Dogan

RESUMO. A idéia principal deste artigo é a de que o progresso científico ocorre, em grande medida, em razão da recombinação de especialidades derivadas da fragmentação de disciplinas. As ciências sociais são geneticamente programadas para produzirem híbridos. Assim ganha existência uma variada e complexa rede de campos híbridos, com o resultado de tornar irreconhecível o velho mapa das ciências sociais.

Introdução

A literatura sobre interdisciplinaridade compõe-se especialmente de conclamações, recomendações e observações gerais, e não de investigações em termos da história ou da sociologia da ciência. Com poucas exceções, tal literatura padece de um erro de perspectiva ao recomendar a mistura de disciplinas inteiras. Agindo assim, ela desconsidera um fenômeno essencial na história da ciência, nomeadamente o da especialização através de um processo de fragmentação das disciplinas formais.

O conceito de interdisciplinaridade

O termo interdisciplinaridade foi usado pela primeira vez em 1937 pelo sociólogo Louis Wirtz. Anteriormente, a Academia de Ciências dos Estados

Mattei Dogan é diretor do Centre National de Recherche Scientifique (CNRS) e professor de Ciência Política da Universidade da Califórnia, em Los Angeles.

Este artigo foi publicado originalmente no *International Social Science Journal*. Tradução para o português de Eurico G. C. Santos.

Revista *Sociedade e Estado*, volume XI, n.º 1, Jan./Jun. 1996

Unidos já havia falado sobre cruzamento de disciplinas, e o Instituto de Relações Humanas da Universidade de Yale já defendera a demolição dos muros disciplinares (Sills, 1986:18).

É surpreendente notar que Thomas Kuhn, em um livro que por todos os demais títulos tem importância fundamental para a sociologia da ciência, não enfrenta o problema da interdisciplinaridade, muito embora debata a questão da especialização. Tampouco no clássico estudo de Robert Merton sobre a sociologia da ciência pode-se encontrar algo sobre interdisciplinaridade; entretanto, Merton havia-se preocupado com o problema já em 1963, quando escreveu em *The Mosaic of the Behavioural Sciences* que “Os interstícios entre especialidades vão-se preenchendo gradativamente com as novas especialidades interdisciplinares” (Merton, 1963: 253). É digno de nota que a palavra por ele utilizada é “especialidade” e não “disciplina”.

Na monumental obra publicada pela Unesco com o título de *Main Trends of Research in the Social and Human Sciences* (1970), o problema da recombinação de especialidades é apenas levemente aventado. O capítulo escrito por Jean Piaget na obra mencionada, que lida com “Problemas gerais de pesquisa interdisciplinar e de mecanismos comuns”, refere-se a temas de grande importância, mas o tema prometido pelo título só surge efetivamente nas duas últimas páginas. Ainda assim, essas têm o mérito de sugerirem a expressão “recombinações genéticas” para a designação de “novos ramos do conhecimento” (Piaget, 1970: 524).

No excelente capítulo sobre “Sociologia da ciência”, de autoria de Harriet Zuckerman, no *Handbook of Sociology*, publicado sob a direção de Neil J. Smelser, não há qualquer referência à interdisciplinaridade.

Outros autores referem-se ao tema ao mesmo tempo em que assinalam a dificuldade de esclarecê-lo. Edgar Morin, por exemplo, escreve: “Tenho usado os termos ‘interdisciplinaridade’, ‘multi- ou polidisciplinaridade’ ou ainda ‘transdisciplinaridade’, sem defini-los. Se não os defini é porque eles são polissêmicos e vagos. Por exemplo, interdisciplinaridade pode significar simplesmente que diferentes disciplinas sentam-se juntas à mesma mesa, à mesma Assembléia, assim como diferentes países fazem-no nas Nações Unidas, sem serem capazes de fazer outra coisa além de reafirmarem seus próprios direitos nacionais e sua própria soberania contra os assédios de um país vizinho” (Morin, 1990: 28). É bem verdade que Morin, logo em seguida, acrescenta que “interdisciplinaridade também pode significar intercâmbio e cooperação”, e oferece disso alguns poucos exemplos, particularmente com referência ao estruturalismo (o intercâmbio entre o lingüista Jakobson e o antropólogo Lévi-Strauss).

Nos dias de hoje, a ninguém mais é dado possuir um conhecimento exaustivo de mais de uma disciplina. É irrealista e utópico pretender dominar duas ou mais disciplinas na sua totalidade. Na medida em que a interdisciplinaridade implica a habilidade de ser familiar a, e de combinar duas ou mais disciplinas em suas totalidades, tem-se que o conceito de interdisciplinaridade revela-se ilusório.

Por ser tão difícil para um pesquisador isolado ser multidisciplinar, a solução de trabalho de equipe tem sido advogada por alguns metodólogos. Essa é a proposta de Pierre de Bie na publicação da Unesco mencionada anteriormente. O trabalho de equipe vem a ser produtivo nos laboratórios de *big science*, mas no que tange às ciências sociais revela-se de difícil realização na prática. Os únicos exemplos de trabalhos de equipe bem-sucedidos referem-se à produção e à coleta de dados, e muito mais raramente à sua interpretação ou síntese — com exceção da arqueologia.

Os principais programas de instituições nacionais e internacionais consistem geralmente na promoção e coordenação de pesquisas que são identificadas como prioritárias. As publicações resultantes trazem normalmente os nomes de uma, duas ou três pessoas, raramente mais.

A história das ciências sociais é rica em projetos interdisciplinares malsucedidos. Vejamos o exemplo da pesquisa empreendida em Finistère, na França, no início dos anos 60. Era um projeto ambicioso, que absorvia parte substancial dos recursos financeiros disponíveis para ciências sociais na França, à época, e que envolvia sociólogos, demógrafos, geneticistas, etnólogos, psicólogos, linguístas e historiadores. Os iniciadores da pesquisa em Plozevet queriam-na “coletiva e total”. A pesquisa interdisciplinar não produziu qualquer resultado digno de nota. Aprendeu-se com a iniciativa uma lição, e a experiência jamais foi repetida na França.

Na publicação da OCDE sobre interdisciplinaridade afirma-se que “os primeiros experimentos examinados em três países (Alemanha, França e Reino Unido) produziram uma impressão geral de fracasso” (OCDE, 1972: 27). O capítulo intitulado “O arquipélago interdisciplinar” termina com a admissão de que se obtém não mais do que um “aglomerado de elementos” (idem: 71). Fala-se da interdisciplinaridade como de um conceito “epistemologicamente ingênuo” (idem: 71). O *approach* é ilusório porque advoga o fatiamento da realidade. Algumas pesquisas procedem à maneira de uma colcha de retalhos com *approaches* filológicos, antropológicos, históricos, etnológicos, psicológicos e sociológicos. Essa alternância de *approaches* permite às disciplinas encontrarem seus melhores resultados em certos

paralelismos, mas não numa síntese. Essa foi a maneira como o historiador das religiões Mircea Eliade procedeu: em sua procura pelos deuses, ele lida com oito disciplinas — etnologia, filologia, lingüística, antropologia, psicologia, história, sociologia e filosofia —, as quais não convergem. O autor faz alguns paralelos eruditos entre as várias disciplinas, mas não as combina.

Em verdade, pesquisar utilizando-se de muitas disciplinas envolve uma combinação de segmentos de disciplinas, especialidades, e não disciplinas inteiras. Por essa razão, eu prefiro o conceito de hibridação, que designa a recombinação de fragmentos de ciências.

Hoje em dia, a especialização no limite da ciência é raramente monodisciplinar. Um pesquisador em oncologia, por exemplo, deve possuir um MSc em física, um BSc em biofísica, trabalhar com imunologistas num centro de pesquisas médicas, ensinar bioquímica numa faculdade de ciências, e publicar em revistas científicas ou médicas (Certaines, 1976: 117). Nas ciências sociais, como nas ciências naturais, o progresso científico normalmente ocorre nas interfaces, nos interstícios das disciplinas. As inovações mais originais e frutíferas são produzidas através da recombinação de especialidades, que se torna possível nos cruzamentos de diversas disciplinas que não são necessariamente muito próximas. O ponto de contato frutífero é estabelecido entre especialidades, entre setores, e não ao longo de toda a fronteira entre as disciplinas. François Kourilsky põe o dedo no problema: “sejamos claros sobre o que a interdisciplinaridade é, e também sobre o que ela não é. Para avançar, a pesquisa precisa tornar-se altamente especializada e estender as fronteiras do conhecimento a pontos específicos, através de áreas de preocupação muito restritas” (Kourilsky, 1990: 16).

Uma grande biblioteca especializada, por exemplo, em bioquímica, cobre não mais do que aquelas pequenas partes da química e da biologia que se sobrepõem. O que, então, pesquisadores fazem numa tal biblioteca? Concentram-se em pontos específicos, representando menos de um milésimo da documentação sobre o tema. Procuram informações precisas num campo altamente especializado. Ao mesmo tempo, centenas de outros pesquisadores estão fazendo a mesma coisa, cada qual em sua especialidade. A pesquisa é conduzida simultaneamente em centenas de pontos. Mas estes pontos não estão necessariamente dispersos — eles formam parte de uma configuração de saberes, conceitos, métodos, intuições, hipóteses e idéias. Às vezes acontece, como atesta a história da ciência, que alguns desses pontos encontram-se e produzem faíscas. Em tais momentos mal observados ou fortuitos, acontece a descoberta, seja ela programada ou inesperada.

Esses pontos podem localizar-se em campos diferentes, às vezes distantes uns dos outros. Pode-se então falar de uma descoberta interdisciplinar; mas desde que se trate realmente de especialidades, e não de disciplinas inteiras que se encontram, o conceito de interdisciplinaridade deveria ser substituído pelos termos mais apropriados de transespecialidade ou poliespecialidade.

Existem paradigmas nas ciências sociais?

Se é verdade que as disciplinas fragmentam-se e que a maioria das principais descobertas são feitas nas fronteiras das disciplinas, como isso pode ser reconciliado com o conceito de paradigma disciplinar? Teoricamente, os dois são incompatíveis: uma ciência dominada por um paradigma deveria ser suficientemente coerente para evitar abrir-se, fragmentar-se em especialidades e permitir àquelas especialidades recombinarem-se para além das fronteiras disciplinares. Conseqüentemente, precisamos começar por examinar a validade do conceito de paradigma em geral, e então considerar sua aplicabilidade às ciências sociais.

É digno de nota que em *Reflexions on My Critics*, Thomas Kuhn tenha proposto que o termo “revolução científica”, que ele próprio admitiu ser um “exagero retórico”, seja substituído por “matriz disciplinar”. Ademais, o conceito de revolução científica tem sido desafiado por muitos cientistas, como por exemplo Imre Lakatos, sob a alegação de que a revolução copernicana estendeu-se por um século e meio, e a revolução newtoniana por uma geração inteira. Não houve avalanche, mas sim um longo debate. A descoberta, por Pasteur, dos micróbios, foi realmente uma revolução científica, que destruiu o conceito de geração espontânea, mas poderia ela ser chamada de um paradigma?

Entretanto, admitindo-se que para algumas ciências naturais o conceito de paradigma é relevante, deve-se enfatizar que paradigmas freqüentemente emergem no ponto de encontro de especialidades disciplinares. Tome-se, por exemplo, a biologia molecular: ela é uma síntese de muitas especialidades. “A biologia molecular não surgiu do casamento ideal e espontâneo da física e da biologia, mas do complicado entrecruzamento de idéias e pesquisas extremamente diversas” (Thuiller, 1975: 14). A biologia molecular absorveu apenas segmentos, e não a totalidade da fisiologia celular, da genética, da bioquímica, da virologia e da microbiologia. “A maior parte de cada um desses campos não é objeto da biologia molecular” (Jacob, 1975:

55). A mesma observação procede quando se fala a respeito de placas tectônicas continentais, oceanografia, biogeologia, geoquímica, ou de qualquer outra especialidade no amplo espectro da ciência.

Mas é o conceito de “paradigma” relevante também para as ciências sociais? Thomas Kuhn (1970) admitiu explicitamente que, no caso destas ciências, devido às constantes desavenças entre elas, seria um exagero falar de um paradigma. Ele explica, em seu prefácio a *The Structure of Scientific Revolutions* (p. viii), que foi durante uma estadia com um grupo em que predominavam representantes das ciências sociais, no Centro Palo Alto para Estudos Avançados, na Califórnia, que lhe ocorreu a formulação do conceito de paradigma, justamente com o propósito de marcar a diferença essencial entre as ciências naturais e as ciências sociais. Ainda hoje, o termo paradigma é usado comumente nas ciências sociais. O uso ou abuso deste termo útil é particularmente freqüente em sociologia e economia, talvez como o resultado de uma desafortunada tendência mimética.

Existem nas ciências sociais exemplos de abalos paradigmáticos comparáveis àqueles criados por Copérnico, Newton, Darwin ou Einstein? Podem as teorias de Keynes, Chomsky ou Parsons ser descritas como paradigmáticas? Nas ciências sociais, o progresso ocorre através de revoluções paradigmáticas, ou através de processos cumulativos? Existem realmente paradigmas nas ciências sociais?

Dentro de uma disciplina formal, muitas grandes teorias podem coabitar, mas existe um paradigma apenas quando uma teoria comprovável domina, sozinha, todas as outras teorias e é aceita pela comunidade científica como um todo. Nas ciências sociais, porém, tem-se, na melhor das hipóteses, uma confrontação entre diversas teorias não comprováveis. Na maior parte das vezes, não há nem mesmo uma confrontação, mas sim uma cuidadosa recusa recíproca, uma desatenção de todos os lados, o que é relativamente fácil, devido ao tamanho das comunidades científicas, divididas em escolas. Isso é verdadeiro para todos os países, grandes ou pequenos.

Essa despreocupação mútua é uma velha prática na sociologia. Na virada do século, os grandes sociólogos não se comunicavam, ou comunicavam-se muito pouco. Nos escritos de Weber não há referência ao seu contemporâneo Durkheim. É bem verdade que Weber estava informado sobre a revista de Durkheim, *l'Année Sociologique*. Por seu turno, Durkheim, que sabia ler alemão, faz apenas uma leve referência a Weber, e isso a despeito de terem ambos trabalhado diversos temas semelhantes, como a religião. Durkheim apenas menciona Simmel e Tönnies.

Duramente criticado por Pareto, “Durkheim nunca aludiu à obra de Pareto... O julgamento de Pareto acerca do livro de Durkheim sobre o suicídio foi desfavorável”. “Lamentavelmente”, ele escreveu, “falta rigor ao seu argumento” (Valade, 1990: 207).

Weber parece não ter sabido da teoria de Pareto sobre a circulação das elites, e Pareto, por seu turno, nada diz a respeito da teoria weberiana da liderança política. Weber e Croce encontraram-se apenas uma vez, brevemente. Não houve correspondência entre Weber e Freud. Ernest Bloch e Georg Lukacs encontraram-se regularmente com Weber em Heidelberg, mas suas obras não mostram sinal da influência de Weber. Tampouco houve qualquer comunicação entre Weber e Spengler. O único dos contemporâneos de Weber que se referiu a ele foi Karl Jaspers, mas ele era um filósofo (cf. Mommsen e Osterhammel, 1987). Como observou Raymond Aron, cada um dos três grandes fundadores da Sociologia seguiu um caminho solitário.

Mais perto de casa, poderiam ser citados muitos exemplos de sociólogos coexistindo sem influenciar uns aos outros, como Angus Campbell e Paul Lazarsfeld, os quais dedicaram grande parte de suas vidas ao estudo do mesmo comportamento político. A mesma observação pode ser feita com referência a outras disciplinas.

Não é má idéia contrapor teorias, mas é necessário que haja debate. Não existem paradigmas nas ciências sociais porque, no interior de cada disciplina, não há comunicação suficiente.

Para que haja um paradigma é necessária ainda uma outra condição: as teorias devem referir-se a aspectos essenciais da realidade social. Contudo, quanto mais ambiciosa é uma teoria, menos ela pode ser diretamente testada pelos dados disponíveis. Nas ciências sociais, não existem descobertas fundamentais, como existem, às vezes, nas ciências naturais. Em vez disso, teorias não verificáveis são construídas, em parte porque a própria realidade social muda. Ademais, e mais importante, os erros cometidos pelos gigantes das ciências naturais são insignificantes em comparação com os erros básicos cometidos por figuras eminentes nas ciências sociais e econômicas (Andreski, 1975: 30).

Consideremos, por exemplo, o malthusianismo. Trata-se de uma teoria ou um paradigma? O malthusianismo é uma das principais teorias na história das ciências sociais. Ele influenciou muitos cientistas, e especialmente Charles Darwin, que o considerava uma das suas principais fontes de inspiração. Um grande número de sociólogos, demógrafos e economistas tomaram-no como ponto de partida, seja para concordar ou para discordar.

Mas, tendo mudado as condições demográficas no Ocidente, suas projeções foram invalidadas e Malthus tornou-se um falso profeta. Entretanto, considerando-se hoje o fosso entre desenvolvimento e crescimento populacional na África, Ásia ou América Latina, ele poderia ser saudado como um grande visionário. É necessário tão-somente concordar com uma comparação assíncrona entre a Inglaterra do seu tempo e o Terceiro Mundo para admitir a validade assíncrona da sua teoria. Deveríamos ir mais adiante e falar de um paradigma malthusiano? De minha parte, não sinto que isso seja útil, mas em qualquer caso, se existe um paradigma, ele é um amálgama de segmentos de economia, demografia, sociologia e história — em outras palavras, um paradigma composto.

Parece-me mais apropriado, e mais elegante falar, nas ciências sociais, de teoria fundamental ou de avanço significativo, em vez de paradigma, termo que está cheio de implicações teóricas que não existem nas ciências não-experimentais.

Existe ao menos progresso cumulativo nas ciências sociais? Tal progresso claramente existe, visto que cada disciplina tem sua herança de conceitos, métodos, teorias e práticas. O profissional ou o amador facilmente reconhece isso. Há progresso cumulativo mesmo no campo teórico. Se uma teoria torna-se ultrapassada, algo dela, não obstante, permanece, ao incorporar-se a novas teorias — aprende-se muito cometendo-se erros. Não se repete um erro que tenha sido denunciado. Recentemente, o progresso nas ciências sociais tem sido garantido através de uma longa série de descobertas empíricas setoriais. Por exemplo, a correlação estabelecida por D. Lerner entre graus de urbanização, alfabetização e comunicação é um fato comprovado que permanece. Nesses setores especializados — sejam eles híbridos ou monodisciplinares — não há necessidade de teorias ambiciosas, bastando que elas sejam do tipo que Merton denominou “teorias de médio alcance”.

Vejamos um exemplo concreto de um processo cumulativo. Uma das grandes descobertas da ciência política é a influência de técnicas eleitorais nos sistemas político-partidários. Uma bibliografia sobre esse tema, mesmo seletiva, poderia facilmente conter duzentos ou trezentos títulos em inglês, para não mencionar as observações muito variadas derivadas da experiência direta de políticos em numerosos países. Desde Condorcet, John Stuart Mill, Bachofen, Hare e Hondt até Hermens, Downs, Duverger e Lijphart, a teoria tem-se baseado nas contribuições e nos melhoramentos sucessivos realizados por um grande número de especialistas. Outros exemplos de processos cumulativos encontram-se no livro que publiquei, em parceria com Robert

Pahre, sobre *Creative Marginality: Innovation at the Intersections of Social Sciences* (1991).

Hoje em dia reconhece-se que “nenhum paradigma procura mais ordenar, ou ainda menos unificar, o campo das ciências sociais” (*Annales*, 1989: 1322). Como sugere Mark Blang, o termo paradigma deveria ser excluído da literatura, a menos que venha sempre entre aspas (Blang, 1976: 1149).

Tendo assim esclarecido as aparentes contradições teóricas entre hibridação de especialidades e paradigma disciplinar, observemos agora mais de perto o processo pelo qual disciplinas fragmentam-se em especialidades.

Disciplinas fragmentadas, especialidades reestruturadas

É necessário traçar uma distinção entre especialização no interior de uma disciplina formal e especialização na interseção de especialidades monodisciplinares. Esta última, a chamada hibridação, pode ocorrer somente após o pleno desenvolvimento da primeira.

Na história da ciência pode-se observar um processo duplo: por um lado, uma fragmentação das disciplinas formais e, por outro, uma recombinação das especialidades resultantes da fragmentação. O novo campo híbrido pode tornar-se completamente independente, como a psicologia social — conforme claramente demonstram os livros de Jean Stoetzel e Serge Moscovici —, ou pode continuar declarando uma dupla vinculação, como a geografia política. Neste último caso, pode-se não estar seguro quanto a classificar uma obra na categoria de geografia ou de ciência política. Como deveríamos classificar o livro de F. Greenstein e M. Lerner, *A Source Book for the Study of Personality and Politics* — como psicologia ou ciência política? E o estudo de David Apter, “Pour l’État, contre l’État”, como ciência política ou como sociologia? O critério poderia ser o da predominância de um componente sobre o outro, ou a afiliação formal do autor. A antropologia política é um ramo da antropologia mas é também um subcampo da ciência política. Onde termina a sociologia histórica e onde começa a história social? Pode-se sentir ainda mais insegurança com uma recombinação tríplice, como no livro de George Balandier sobre “Antropologia política” (1969), no qual a sociologia é muito presente. Como as proporções relativas nem sempre são óbvias, permanece em alguma medida arbitrária a definição acerca da afiliação principal, especialmente porque o grau de parentesco

entre disciplinas varia de modo significativo: sociologia e psicologia social são consangüíneas, enquanto a geologia e a geografia social estão bem mais distantes, a despeito das aparências.

Se cada uma das doze principais ciências sociais fosse cruzada com todas as outras, obteríamos, em tese, uma malha com 144 quadrados. Alguns quadrados permaneceriam vazios, mas mais de três quartos deles seriam preenchidos por especialidades híbridas dotadas de alguma autonomia.

Por sua vez, essas especialidades híbridas ramificam-se, dando origem, em uma segunda geração, a um número ainda maior de híbridos. Um inventário completo de todas as combinações existentes não pode ser obtido cruzando-se as disciplinas duas a duas, mesmo na segunda geração, já que muitos campos híbridos, aliás situados entre os mais dinâmicos, têm origens múltiplas. Isso é válido para as ciências da cognição, para a pesquisa ambiental e para o planejamento urbano.

Ademais, campos híbridos como a pré-história ou a proto-história, que se enraizam parcialmente nas ciências naturais, não aparecem na malha de 144 quadrados, a qual limita-se a recombinações de segmentos das ciências sociais. A configuração dos campos híbridos está em constante modificação. Psicologia social, sociologia política, ecologia humana e economia política já foram há muito reconhecidas, enquanto a psiquiatria social ainda deve lutar por aceitação. Alguns especialistas nas ciências da cognição anunciam que a boa e velha psicologia em breve não mais existirá como disciplina independente. A psicologia “deveria, em última análise, dissolver-se em uma neuropsiquiatria plenamente desenvolvida, a qual deveria mostrar, de maneira análoga àquela pela qual a química suplantou a alquimia, o caráter ilusório e pré-científico das categorias da psicologia” (Proust, 1991: 15). Qual ramo da lingüística está no caminho certo: a lingüística estrutural ou a gramática generativa? Os estruturalistas criticam o historicismo da gramática comparativa e os generativistas rejeitam os pressupostos dos estruturalistas.

Estudos sociométricos mostram que muitos especialistas estão mais em contato com colegas oficialmente pertencentes a outras disciplinas do que com colegas do seu próprio ramo. O “colégio invisível” descrito por Robert Merton, Diana Crane e outros sociólogos da ciência é uma instituição eminentemente interdisciplinar, porque assegura a comunicação não apenas de uma universidade para outra e entre as fronteiras nacionais, mas também, e acima de tudo, entre especialidades administrativamente vinculadas a disciplinas diferentes. As malhas da influência transdisciplinar são tão

significativas que estão obscurecendo a velha classificação das ciências sociais.

Sete disciplinas unem as ciências sociais e as naturais: antropologia, geografia, psicologia, demografia, lingüística, arqueologia e ciências da cognição. Em virtude desse fato, cada uma dessas sete disciplinas está cindida, e a coabitação das duas metades sob um mesmo teto disciplinar cria às vezes um problema. Observando-se um certo número de disciplinas, devemos tentar mostrar, em cada caso, o processo de especialização, sua fragmentação e a recombinação dos fragmentos por hibridação.

História

A história é indubitavelmente a disciplina mais heterogênea, dispersa no tempo e no espaço. E, por força das circunstâncias, é também a disciplina mais aberta. Mais cedo ou mais tarde, tudo cai na rede do historiador.

A controvérsia acerca do papel e dos limites da história, que remonta a Durkheim, Simiand e Seignobos, não parece haver terminado. Três gerações mais tarde, a história foi excluída das ciências sociais pela autoridade de uma instituição internacional, a Unesco. Agora a história encontra-se entre as assim chamadas ciências nomotéticas, compreendidas no primeiro volume publicado pela Unesco sobre *Main Trends in the Social and Human Sciences*. Os historiadores não parecem ter reagido mui vigorosamente a essa afronta. Na verdade, alguns historiadores chegaram a um acordo com tal reclassificação. Assim, para Pierre Chaunu, “o progresso da história nos últimos cinquenta anos é o resultado de uma série de casamentos: com a economia, com a demografia, mesmo com a geografia... com a etnologia, a sociologia e a psicanálise. Depois que tudo já está dito e feito, a ‘nova história’ vê a si mesma como uma espécie de ciência auxiliar das outras ciências sociais” (Chaunu, 1979: 5). E aqui encontramos o termo “auxiliar”, que foi outrora uma expressão de uso doloroso, utilizada por um grande historiador. Essa, porém, não é a opinião da Escola dos *Annales* (*Annales*, 1989: 1323), resolutamente comprometida com a interdisciplinaridade: “A história progredirá apenas no contexto da interdisciplinaridade, e uma de suas tarefas é justamente renovar as bases da interdisciplinaridade” (Le Goff, 1991: 4).

Desde que se estabeleça que o foco esteja no longo prazo e no *approach* comparativo, há concordância entre Durkheim e Braudel. Com uma distân-

cia de sessenta anos, usando palavras diferentes, eles dizem coisas muito semelhantes: “A história pode ser uma ciência apenas na medida em que ela faz comparações, e não pode haver explicação sem comparação... Uma vez tendo começado a comparar, a história torna-se indistinta da sociologia” (Durkheim, no primeiro número do *l'Année Sociologique*). Braudel, por seu turno, também busca acomodações: “No que concerne ao longo prazo, o ponto não é simplesmente que história e sociologia ligam-se uma à outra e dão-se apoio recíproco, mas sim que elas fundem-se em uma coisa só” (Braudel, 1960: 93). Mas aqui falamos apenas de uma parte da história, aquela que compara tendo como referência o longo prazo, já que outros campos da história têm nada ou muito pouco em comum com a sociologia. De maneira semelhante, não são muitos os sociólogos que necessitam recorrer à história para os propósitos do problema que os está ocupando. Durkheim e Braudel teriam sido mais explícitos se, em vez de considerarem suas disciplinas como totalidades, se tivessem referido a elas como partes em um condomínio que hoje em dia chama-se história social ou sociologia histórica. Uma vez que se aceite que a história e a sociologia justapõem-se apenas em certas áreas sabidamente importantes mas delimitadas, a longa disputa territorial entre história e sociologia torna-se coisa do passado.

Como todas as ciências sociais formais, a história precisa referir-se às suas próprias “províncias” (que foi a palavra usada no “Manifesto” publicado nos *Annales*, 1988: 293). Mas isto não é senão um setor da história posto face a face com um setor de outra disciplina. Intercâmbios com a economia geraram assim a história econômica, a qual interessa apenas a alguns historiadores e a alguns economistas, os quais, contudo, são em número suficientemente grande para fornecer material para diversas revistas importantes.

Cada atividade humana tem seu historiador, o qual, para desempenhar bem a sua função, tem de caçar em terras alheias. Na história da urbanização, por exemplo, onde ele encontra-se com geógrafos, demógrafos, economistas e sociólogos, o historiador pode hastear sua própria bandeira. Contudo, a história urbana não é um campo independente, ao passo que a história econômica é solidamente estabelecida.

A história, por sua vez, ocasionalmente recebe auxílio de outras disciplinas, às vezes de forma inesperada. Um exemplo aleatório é a contribuição da biologia, ou mais especificamente de uma especialidade da biologia, a hematologia, para um setor particular da história, nomeadamente o estudo das origens dos povos anteriores à escrita. O sangue é um registro histórico, uma vez que as características do sangue de uma pessoa sobrevivem à sua

morte no sangue de seus descendentes. Como foi observado por Jean Bernard, “a geografia da hemoglobina E e a geografia dos monumentos da arte Khmer são virtualmente passíveis de justaposição... Os limites do velho Império Khmer foram definidos pela arqueologia. Agora, eles podem ser definidos pela hematologia” (Bernard, 1983: 49). A hematologia tem sido útil nos estudos sobre a imigração dos Vikings e dos Ainu, bem como na elucidação de certos mistérios dos altiplanos andinos.

Numerosos estudiosos de diversas disciplinas têm indagado acerca das causas da queda do Império Romano. Uma das mais importantes não era sequer conhecida até 1924 e foi demonstrada apenas em 1965 através da análise química de ossos — trata-se do sistemático envenenamento dos membros da classe governante romana ao longo de diversas gerações (Gilfillan, 1965). Os especialistas em saturnismo, dessa maneira, envenenaram a teoria de Pareto sobre a circulação das elites. Ademais, muitas teorias, tanto nas ciências sociais como nas ciências naturais, morrem subitamente como conseqüência de um ataque interdisciplinar. Eu escolhi deliberadamente estes dois exemplos do recurso às ciências naturais pela história — no interior das ciências sociais, os exemplos são demasiado frequentes.

Geografia

Os prospectos das grandes universidades listam cerca de vinte ramos da geografia. Suas subdivisões implicam relações com todas as disciplinas, da antropologia à zoologia. Essas divisões têm assumido tanta importância que a velha divisão entre geografia humana e geologia tem sido ensombrecida.

A fragmentação é tão extensa que se pode bem perguntar, com Roger Brunet: “A geografia tem sua própria especificidade? Qual é a sua real contribuição? Possui ela seu próprio campo ou trata-se apenas de relíquia de uma velha divisão do trabalho, agora superada? Pode-se dizer que o geógrafo tem uma identidade? Em que ela consiste?” (Brunet, 1982: 402).

A geografia está cercada por numerosos campos híbridos. Junto à demografia encontramos a geografia populacional — a explosão populacional do Terceiro Mundo tem atribuído considerável importância a esse campo, tornado visível pelas publicações do Banco Mundial. Um setor da ciência política, as relações internacionais, está diretamente ligado à geografia populacional. A geografia econômica é mais importante para os geógrafos do que para os economistas, visto que para estes a dimensão espacial não é essencial.

Os “fatores geográficos” atraíram intensamente a atenção dos sociólogos até a publicação, em 1924, de *Civilization and Climate*, do sociólogo Ellsworth Huntington — livro severamente criticado por Pitirin Sorokin. A partir de então, e por mais de três décadas, a sociologia (ao menos nos Estados Unidos) rompeu todos os compromissos com a geografia. Apenas recentemente, no contexto da pesquisa ambiental e ecológica, os sociólogos têm novamente mostrado interesse por “fatores geográficos”, em especial o clima.

A mais frutífera colaboração entre geografia e sociologia tem ocorrido no campo do planejamento urbano.

No campo da cartografia, que é a técnica básica dos geógrafos, “os meteorologistas, geólogos, geofísicos, geoquímicos, ecologistas e outros cientistas têm sido os principais inovadores e interessados” (Jones, 1979: 103). A fotografia por satélite, que pode cobrir áreas de até 100 km de diâmetro, tem revigorado o interesse por certos aspectos das velhas geografias humana e urbana.

Ciência política

A especialização nas ciências políticas é demonstrada pela variedade de revistas às quais os cientistas políticos têm acesso para fins de documentação e de publicação. De acordo com uma pesquisa recente (cf. Brunk, 1989), realizada nas principais bibliotecas norte-americanas, há cerca de quinhentas revistas acadêmicas de interesse dos cientistas políticos, 80% das quais em inglês. Destas, apenas um décimo pode ser considerado “generalista”, sendo o resto especializado (administração pública, política comparada, instituições políticas) ou primordialmente relacionado a outras disciplinas formais, ou ainda devotado a alguma região particular do mundo, como a América Latina ou a Ásia. Estas são eminentemente interdisciplinares. Conseqüentemente, a maior parte das ciências políticas mantém-se informada através de revistas especializadas que não se sobrepõem significativamente no interior da disciplina-mãe, e que mesmo apontam para campos ligados a outras disciplinas.

Em seu prefácio ao *Handbook of Political Science*, Greenstein e Polby (1975), editores dessa importante obra, confessam seu embaraço perante o caráter “amorfo” da disciplina. Eles reconhecem a extensa fragmentação, que reflete a diversidade das ciências políticas.

O cientista político norte-americano William Andrews expressa sua preocupação quanto ao fato de que “não há qualquer lógica especial que justifique sua existência em separado, ou seja, a ciência política não tem qualquer metodologia distintiva. Ela não tem um tema claramente definido que não possa ser enquadrado dentro de uma ou mais de suas disciplinas-irmãs. Suas diversas partes poderiam ter sobrevivido simplesmente como história política, sociologia política, geografia política, filosofia política e psicologia política — que são subcampos em outras disciplinas. Cada uma das demais disciplinas científico-sociais clama um pedaço da ciência política” (Andrews, 1988: 2).

Um grande número de autores norte-americanos e europeus ficam contentes ao verem a ciência política “importando” maciçamente das outras ciências sociais. Seu vigor atual resultaria desse processo de imitação. Mas está-se consciente da sua dispersão teórica e metodológica e da sua falta de um núcleo aglutinador.

A ciência política sofreu a influência benéfica de muitos sociólogos (Parsons, Lazarsfeld, Adorno, Dahrendorf) e de muitos economistas (Downs, Arrows, Galbraith, Schumpeter, Morgenthau, Myrdal), sem que se esqueça dos filósofos (Popper, Friedrich, Habermas).

Em alguns pontos a ciência política e a história social não podem ser dissociadas, estando ambas, freqüentemente, ligadas à economia. O estrutural-funcionalismo, que por muitas décadas dominou a análise comparativa internacional, encontrou inspiração na teoria do antropólogo Malinowski. Este mostrou que uma instituição cultural, transferida para outra cultura, pode assumir um novo significado e desempenhar uma função completamente diferente em um outro contexto. A teoria dos jogos, que tem sido adaptada ao estudo dos conflitos internacionais, foi formulada pelo matemático John von Neumann e pelo economista Oskar Morgenstern. O economista Herbert Simon tomou emprestado dos psicólogos o conceito de racionalidade limitada, daí retirando uma teoria que hoje goza de grande sucesso na ciência política norte-americana. Os cientistas políticos tomaram de empréstimo não apenas teorias mas também métodos. Como atesta Benson, a maior parte da literatura matemática nas ciências políticas é obra de *outsiders*, gente que não se identifica como pesquisadores em ciência política (Benson, 1967: 108).

Para tornar visível a influência das várias disciplinas na ciência política, Jean Laponce recenseou, para cada dez anos em um período de cinquenta anos (de 1935 a 1986), o número de referências na *American Political*

Science Review sobre revistas representando outras disciplinas. No começo do período, o direito era a única disciplina ligada à ciência política. Nos anos 50, havia mais referências a revistas de sociologia do que a revistas jurídicas, e começavam a surgir referências a revistas de história e de filosofia. Nos anos 70, revistas jurídicas eram citadas mais raramente, assim como as revistas de história e de filosofia; as referências à sociologia tornam-se mais frequentes, e surgem as primeiras menções a revistas de economia, psicologia e matemática. Nos anos 80, economia e sociologia tornam-se mais importantes, assim como a psicologia e a matemática (Laponce, 1980, 1988). Essas tendências fizeram Laponce concluir que “durante a última geração aqueles cientistas políticos que publicaram em uma das mais importantes revistas do ramo, considerados por seus pares como estando entre os mais criativos e avançados, agora aparecem frequentemente como tendo tido suas atenções desviadas da direção correta” (Laponce, p. 5). Em outro estudo, Laponce analisou fluxos de importação-exportação entre sete disciplinas, usando a mesma técnica de recenseamento de notas de rodapé em doze revistas, inclusive seis britânicas. Os intercâmbios mais intensos na ciência política ocorreram em 1975 com a sociologia e em 1981 com a economia (Laponce, 1983: 550).

Muitos dos mais renomados cientistas políticos trabalham sobre fenômenos ou problemas híbridos: clientelismo político (em associação com a antropologia e a psicologia social), socialização (sociologia e antropologia social), nacionalismo (inseparável da história e da sociologia), desenvolvimento (ligado a todas as ciências sociais) e muitos outros.

Não é recente a abertura da ciência política. Hoje não podemos senão confirmar o que foi escrito ontem: “A ciência política é uma inveterada tomadora de empréstimos. A bem dizer, ela é a mais eclética entre as ciências sociais. A história do seu crescimento e do seu desenvolvimento é a história da seleção de habilidades e de idéias das outras ciências sociais” (Sarouf, 1965: 22). O título do livro de Gabriel Almond, publicado um quarto de século mais tarde (1990), é, por assim dizer, um diagnóstico: *A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science*. Este livro enfatiza as cisões teóricas, ideológicas e metodológicas na disciplina.

Sociologia

Em um período de quatro décadas, a sociologia inicialmente experimentou uma expansão marcadamente monodisciplinar, para então viver uma

dispersão para além de suas fronteiras. Nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial, a sociologia foi adotada como disciplina acadêmica oficial em apenas alguns países, particularmente nos Estados Unidos e no Canadá. Na Europa, ela teve de recomeçar praticamente do nada, especialmente na Alemanha e na Itália. De 1955 em diante, seu desenvolvimento foi espetacular em muitos países, especialmente na Escandinávia.

Na França, em 1950, o número de acadêmicos que poderiam declarar a condição de sociólogos profissionais era sem dúvida inferior a duas dúzias: duas cátedras em universidades, alguns poucos títulos de mestre e um pequeno número de pesquisadores no CNRS. Outros acadêmicos, sem serem primeiramente sociólogos (historiadores, psicólogos, geógrafos, filósofos), contribuíram para o renascimento da sociologia. Quatro décadas mais tarde, o “Quem é Quem” na *Sociologie Française et Francophone* continha 1.500 nomes, incluindo cerca de 1.300 franceses, com 1.100 sociólogos genuínos e duzentos de ramos afins, quinhentos dos quais viviam em Paris — a maior concentração de sociólogos em todo o mundo.

Nos Estados Unidos, o número de sociólogos registrados na Associação Sociológica Americana dobrou nos anos 50 e dobrou novamente nos anos 70.

Paradoxalmente, foi na época em que era ainda modesta que a sociologia mostrou inclinações imperialistas. Seria fácil alinhar um grande número de citações que demonstrassem tal afirmação — mas apenas uma será suficiente. Em 1962, em um tempo em que a sociologia ainda não era uma disciplina independente em Oxford e em Cambridge, e o era muito mal em Londres, W. G. Runciman procurava definir a sociologia como o estudo sistemático do comportamento humano coletivo, e as disciplinas de economia, demografia, criminologia e política deveriam ser consideradas como ramos da sociologia (Runciman, 1962: 1).

De 1970 em diante, o crescimento começou a ocorrer junto com um processo de fragmentação, com o resultado de ser a sociologia, hoje, nas democracias desenvolvidas, uma disciplina heterogênea e centrífuga. Dependendo da maneira como ela é definida, pode-se falar de 35 a quarenta sociologias setoriais, indo em todas as direções: para a história, a economia, a política, o direito, a vida social, a indústria e a religião. Não há atividade social que não tenha seu sociólogo oficial, como a sociologia da educação, da família, da criminalidade, das comunicações, do lazer, da terceira idade, da medicina, das organizações — a lista é longa.

Como assinala Neil Smelser na introdução ao seu *Manual de sociologia*, a “possibilidade de a sociologia ser expressão de um campo identificável

tende a diminuir: é como se, em geral, o compromisso com a disciplina tendesse a diminuir, e assim grupos menores tendem a buscar interação e identidade em suborganizações situadas dentro ou fora da Associação Sociológica Americana (Smelser, 1988: 13).

Isso é válido, por exemplo, para a sociologia urbana. Há, hoje em dia, mais especialistas e pesquisadores no campo do planejamento urbano do que no da sociologia tradicional. É verdade que entre tais especialistas encontram-se representantes da sociologia urbana, mas eles são minoria em uma massa de planejadores de cidades que provêm de um amplo espectro de disciplinas: geografia, economia, arquitetura, etc., disciplinas que podem muito bem ter cortado o cordão umbilical que ainda ligava aquela minoria à disciplina-mãe. Mas a subdisciplina mais densamente povoada nos Estados Unidos hoje é a sociologia da medicina, na qual a maior parte do trabalho de pesquisa está fracassando em razão da falta de horizontes teóricos.

Na medida em que o problema investigado diz respeito à totalidade da sociedade, a “especialização cruzada” (*cross-specialization*) torna-se inevitável — tão inevitável que freqüentemente é necessário reunir uma variedade de especialistas. Aqui está uma descrição do conteúdo de um livro que, em sua época, teve algum sucesso: “Cada colaborador é um articulador de diversas disciplinas: Boulding abrange economia, matemática e sociologia; Coleman reúne matemática e sociologia; Etzioni, sociologia organizacional e relações internacionais; Kardiner, psiquiatria e antropologia; Levy, teoria social e sinologia; Pool, sociologia e ciência política; Rapoport, biologia, matemática, filosofia, psicologia e sociologia; e Tiryakian, sociologia e filosofia. Eles foram escolhidos em virtude da sua familiaridade com os problemas inerentes à construção de pontes entre disciplinas, de forma a construir-se uma imagem da sociedade total” (Klausner, 1967: XV). Substitua a idéia de “disciplina” pela de “poliespecialidade” e adicione uma dose generosa de história — tem-se assim uma idéia mais clara acerca do real conteúdo do livro mencionado.

Na medida em que amadurece e espalha antenas em todas as direções, a sociologia torna-se consciente da sua excessiva fragmentação e dispersão, e experimenta a necessidade de retornar a seu centro — não sendo porém bem-sucedida, até o momento. Este processo é assim descrito por Ralph Turner: “A sociologia passou de uma fase de ênfase na teoria, com poucas bases empíricas testáveis, para outra de empiricismo antiteoricista, e daí para uma outra fase, na qual a pesquisa é vista primordialmente em função de sua relevância para a grande teoria” (Turner, 1991: 63). Mas em nenhum

momento a sociologia deu mostras de pretender retirar-se para o interior de suas fronteiras oficiais.

Economia

Há duas maneiras de se considerar a economia. De acordo com alguns, ela fornece evidências de grande consistência, seus postulados são frutíferos e seu campo é claramente delimitado. Para outros, contudo, a economia está fundamentalmente dividida entre econométristas e teóricos, os quais ignoram-se reciprocamente. É claro que os dois pontos de vista não são assim extremados, como sugere a descrição, pois entre os dois extremos há posições mais qualificadas. Estas reconhecem a identidade distintiva da economia e suas fundações teóricas e metodológicas, e ainda enfatizam seu caráter aberto e seu intercâmbio com outras ciências sociais. Deve-se também reconhecer que, na medida em que se trata da hibridação de especialidades, a economia (assim como a linguística) tende menos à interação do que outras ciências sociais.

Sendo o primeiro ponto de vista (o da econometria) bem conhecido, podemos explorar mais frutiferamente o segundo. Para Michel Beaud, as divisões na economia são tão profundas que os economistas não são capazes de entrar em acordo “nem sobre o assunto no qual eles estão trabalhando, nem sobre os métodos, nem sobre os instrumentos teóricos, e nem sobre as finalidades da pesquisa” (Beaud, 1991: 157). Ele conclui que “a economia não existe, assim como não existe a economia política. Em vez disso, há uma ampla variedade de discursos tendenciosos (...) o conhecimento obtido dessa forma aloca-se num universo profundamente heterogêneo, estruturado por duas galáxias — uma predominantemente axiomática, a outra dedicada ao esforço de entendimento da realidade”. Beaud considera que a economia “sofre pelo fato de que seus principais avanços, a saber, conceitualização, teorização, construção de modelos, matematização, significam que ela tornou-se excessivamente separada das outras ciências sociais”.

Para Jacques Lesourne, referindo-se ao Congresso Econométrico Mundial e à Associação Econômica Européia, em 1990, a economia foi “balcanizada, dividida em uma multidão de disciplinas, cada qual organizando-se em torno de uma ou duas revistas”. A mesma observação pode ser feita acerca dos congressos mundiais de sociologia, demografia, psicologia ou história.

O monetarista George Stigler discordou da afirmação de que seis econométristas (Tinbergen, Samuelson, Malinvaude seus antecessores Moore, Frisch e Fisher) fossem autores de “contribuições excepcionais” — e isso porque, segundo ele, “a econometria não tem um núcleo ou uma metodologia unificada”, e “ainda não teve um impacto significativo sobre a economia” (Deutsch *et alii*, 1986: 342). Mas, nesse ínterim, três daqueles seis econométristas ganharam o Prêmio Nobel — assim como o próprio Stigler.

Três listas de grandes contribuições à economia foram compostas em 1982 em um simpósio em Berlim. A primeira, preparada por W. Krelle, continha trinta nomes; a segunda, da autoria de Y. Tinbergen, continha 36 nomes; e a terceira, reunida por B. Fritsch e G. Kirchgässner, apresentava 44 nomes. As duas primeiras listas apresentavam apenas dois nomes em comum (incluindo Klein, vencedor do Prêmio Nobel, e o próprio Krelle), e a primeira e a terceira apresentavam apenas nove nomes em comum. As duas últimas listas não apresentavam sequer um nome em comum (Deutsch *et alii*, 1986: 350). Essas visões tão diferentes sobre nomes destacados não depõem muito a favor da coerência da economia. Essa é também a opinião do economista Kenneth Boulding, que se refere à economia como “estando desorientada”, comparando-a com a história do cego e do elefante. O ganhador do Prêmio Nobel Wasily Leontieff não foi mais indulgente: “Ano após ano, os teóricos da economia produzem modelos matemáticos sem se tornarem com isso mais capazes de entender a estrutura e o funcionamento do sistema econômico real” (citado em Deutsch *et alii*, 1986: 350). A economia está portanto dividida, mas não há dúvida de que o está num grau inferior ao das outras ciências sociais. Ela tem mantido alguma coerência, mas para tanto paga um alto preço: a considerável redução do seu campo.

As conseqüências do confinamento monodisciplinar

O que acontece se uma disciplina tem tendência a fechar-se sobre si mesma, se ela não é suficientemente aberta, se suas especialidades não se hibridam, se ela não progride “em simbiose com outras ciências sociais”? Em tais casos, os territórios limítrofes não permanecem estéreis. O caso da economia é um bom exemplo.

A economia tem mantido uma atitude algo condescendente em relação à ciência política, especialmente nos Estados Unidos e no Canadá. Isso tem

resultado no desenvolvimento (em conjunto com a ciência política e também em competição com ela) de uma nova corporação, com um grande número de membros extremamente ativos nos Estados Unidos, Reino Unido e Escandinávia: a corporação da economia política. A economia política é atualmente uma das principais províncias da ciência política norte-americana, com grandes resultados e revistas de renome. É um dos setores mais populares entre doutorandos de ciência política. Economistas famosos, entre os quais diversos ganhadores do Prêmio Nobel, deixaram a economia — Arrow, Downs, Herbert Simon, Hirschman —, no sentido de que eles são mais conhecidos e citados com mais frequência em ciência política do que em economia.

Em muitos países, grande número de economistas enclausuraram-se em uma torre de marfim, e como resultado áreas inteiras escaparam ao seu exame. Sua contribuição ao problema do desenvolvimento do Terceiro Mundo, por exemplo, é bastante modesta se comparada à obra de sociólogos, cientistas políticos, demógrafos e estatísticos. Isto é particularmente verdadeiro nos Estados Unidos, na América Latina e na Índia.

Alguns economistas ecléticos denunciam o reducionismo defendido por outros economistas, particularmente no que tange à pesquisa sobre o desenvolvimento: “o desenvolvimento é reduzido ao desenvolvimento econômico, é reduzido ao crescimento; este, por sua vez, é reduzido ao investimento, ou, em outras palavras, à acumulação” (Sachs, 1991: 2). “Foram necessárias muitas décadas para que o índice de renda *per capita* fosse destronado da condição de indicador composto de desenvolvimento” (idem: 3). E Sachs cita Myrdal, que fora contrário aos economistas favoráveis aos modelos unidisciplinares.

Por causa do seu isolamento teórico, a economia abandonou também a história econômica — campo no qual não apenas historiadores, mas também antigos economistas conquistaram renome.

Em um determinado momento, a economia encontrou uma encruzilhada no caminho: ela poderia ter escolhido a expansão intelectual e o cruzamento com outras disciplinas, ao custo da heterogeneidade e da diversificação, e com o risco da dispersão (um risco que a sociologia assumiu); em vez disso, escolheu permanecer imaculadamente pura, sincera para consigo mesma, privando-se, desta forma, do conhecimento de vastos territórios. Ainda hoje muitos economistas consideram que a opção pela pureza, pelo rigor metodológico e pelo hermetismo terminológico foi correta.

Torna-se portanto claro que a auto-suficiência, para usar uma palavra

familiar aos economistas, conduz, mais cedo ou mais tarde, a um encolhimento de fronteiras. Mas isso não significa necessariamente empobrecimento, visto que as terras abandonadas pelos economistas logo foram cultivadas por outros. Aquelas terras abandonadas agora têm suas próprias bandeiras: administração, economia política, ciência do desenvolvimento, estudos comparativos de países do Terceiro Mundo e história econômica e social. A posição da economia na atual constelação das ciências sociais poderia ser mais invejável caso ela não se houvesse voltado para dentro de si mesma.

A situação é particularmente surpreendente porque poucos clássicos da sociologia falharam na tentativa de estabelecer um lugar central em suas teorias para a relação entre economia e sociedade: de Marx e Weber até Schumpeter, Polanyi, Parsons e Smelser (cf. Martinelli e Smelser, 1990), sem esquecer Pareto.

Um verdadeiro exército de economistas norte-americanos famosos tem dado prioridade ao estudo de fenômenos políticos. Entre eles estão Downs, Buchanan, Tullock, Musgrave, Arrow, Lindblom, Black, Bamoul, Davis, Rothenberg, Harsanyi, McKean, Olson (cf. Mitchell, 1969: 103). Mas eles mantiveram, não obstante, um pé na economia.

Hibridação em alta

A pesquisa monodisciplinar desempenha papel essencial no progresso científico. Seria ridículo não reconhecer isso. Mas tal reconhecimento não é incompatível com a crença no caráter frutífero da hibridação, crença que poderia ser formulada concisamente sob a forma de um teorema: nas ciências sociais há questões fundamentais e temas de menor importância; quanto mais importante é um problema, mais complexas são as causas; e quando as causas são muitas, maior é a necessidade de um *approach* interdisciplinar.

Excetuando-se algumas circunstâncias, não é possível indagar sobre os principais problemas da civilização a partir de um quadro estritamente monodisciplinar. Apenas posicionando-se no cruzamento de muitos ramos do conhecimento poderia alguém tentar explicar, por exemplo, o colapso da democracia na República de Weimar, a implosão da União Soviética, a proliferação de cidades gigantescas no Terceiro Mundo, o declínio do Reino Unido nos últimos cinquenta anos, o fenomenal crescimento econômico do Japão, a queda do Império Romano, a ausência de um partido socialista nos Estados Unidos ou o modo como uma criança aprende a falar.

Sempre que se levanta uma questão da magnitude das anteriores, o pesquisador encontra-se na interseção de numerosas disciplinas e especialidades. No índice de uma biblioteca, um livro pode vir a ser registrado em diversas seções ao mesmo tempo, mas o livro real só poderá estar em uma prateleira. Onde deveriam os bibliotecônomos classificar o livro de Karl Wittfogel sobre o despotismo oriental, ou *The American Dilemma*, de Gunnar Myrdal, ou *Homo Aequalis*, de Louis Dumont, ou *Ecological Imperialism: the Biological Expansion of Europe 900-1900*, de Andrew Crosby, ou *The Tropics and Economic Development*, de Alfred Kamark, ou ainda *Capitalism, Socialism and Democracy*, de Joseph Schumpeter? Sob as rubricas de economia, história, sociologia, ciência política, geografia ou agronomia? Nessas grandes obras reúnem-se numerosas subdisciplinas, ou melhor, numerosas especialidades. O índice analítico do livro de Paul Bairoch, *De Jericho à Mexico, villes et économie dans l'histoire*, ou do livro de Barrington Moore, *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, deve apresentar de quinze a vinte especialidades. Muitos grandes livros, do passado e do presente, poderiam ser mencionados nesse contexto. Na introdução ao seu livro *The Modern World System*, Immanuel Wallerstein demole sem hesitar diversos muros disciplinares, sob o argumento de que, no estudo dos sistemas sociais, as divisões tradicionais das ciências sociais perdem qualquer significação.

No índice cumulativo dos sete volumes do *Handbook of Political Science*, publicado sob a direção de F. I. Greenstein e de N. W. Polsby (1975), estão listados mais de 3.500 autores. Entre aqueles que são citados ao menos doze vezes, pelo menos seis podem ser considerados estudiosos que trabalham em campos híbridos. Não é necessário dizer que o grau de hibridismo varia muito.

Entre as mais de cem inovações importantes listadas por Karl Deutsch e seus colegas no livro *Advances in the Social Sciences*, cerca de dois terços situam-se na interseção de várias disciplinas e especialidades. Quanto mais alto se sobe na escada das inovações, maior é a chance de que as fronteiras entre as disciplinas venham a desaparecer.

De acordo com um amplo espectro de pesquisa bibliográfica, nos últimos quarenta anos as inovações teóricas e metodológicas mais importantes, com poucas exceções, foram produzidas em uma dúzia de países, particularmente nos Estados Unidos e em cinco países europeus (contando-se a Escandinávia como um único país). Esta afirmação, com exceção da história, da antropologia e da geografia, é particularmente válida para as ciências sociais. Com

relação a estas, há centros de criatividade e periferias que consomem e propagam mais do que criam. Obviamente, as proporções são diferentes no caso das ciências naturais e da tecnologia (cf. Sarton, 1927). Nos dias de hoje, o Japão e a Rússia devem ser levados em consideração. A situação seria ainda mais diferente se estivéssemos considerando a cultura em geral, visto que então a China, a Índia e muitos outros países teriam que ser levados em conta. Algumas organizações internacionais, como a Unesco, estão sendo prejudicadas na sua intenção de serem internacionalmente representativas em virtude dessa concentração da criatividade científica em alguns poucos países privilegiados. O que é digno de atenção para nós é o fato de que, naqueles centros, as poliespecialidades são mais frequentes do que na periferia.

Conclusão

A idéia principal deste artigo é a de que o progresso científico ocorre, em grande medida, em razão da recombinação de especialidades derivadas da fragmentação das disciplinas. As ciências sociais são geneticamente programadas para produzirem híbridos. Assim ganha existência uma variada e complexa rede de campos híbridos, com o resultado de tornar irreconhecível o velho mapa das ciências sociais. O lugar da maioria daqueles que se especializam nesses campos híbridos não é no centro da disciplina, o qual tende a tornar-se área de preservação de generalistas monodisciplinares. Os especialistas híbridos situam-se na periferia da disciplina, em contato com outros estudiosos, que também são violadores de fronteiras. O intercâmbio ocorre apenas entre certos setores. O psicólogo social que estuda a motivação não está interessado na maneira pela qual trabalha a administração central, e portanto não estará em contato com o sociólogo das organizações.

Essa reconstituição é claramente presente nas pesquisas atuais, mas ela não precisa ser introduzida na educação universitária, na qual a monodisciplinaridade ainda desempenha papel muito útil na transmissão do conhecimento, na medida em que o conhecimento genérico deve necessariamente preceder o conhecimento especializado.

Abstract

The main idea in this article is that scientific progress occurs largely through the recombination of specialities deriving from the fragmentation

of disciplines. The social sciences are genetically programmed to produce hybrids. A varied and complex network of hybrid fields thus comes into being, with the result that the old world map of the social sciences is becoming barely recognizable.

Résumé

L'idée centrale de l'article est que le progrès scientifique est dû, en large mesure, aux regroupements des spécialités dérivées de la fragmentation des disciplines. Les sciences sociales sont génétiquement programmées pour produire des hybrides. De là, advient une variée et complexe trame de champs hybrides qui rendent à peine reconnaissable la vieille carte des sciences sociales.

Referências bibliográficas

- Almond, G. A. (1990) *A Discipline Divided. Schools and Sects in Political Science*. Newbury Park, Calif.: Sage.
- Andreski, S. (1975) *Les sciences sociales: sorcellerie des temps modernes*. Paris: PUF.
- Andrews, W. G. (ed.) (1988) "O impacto do contexto político sobre a ciência política". Congresso Mundial de Ciência Política, Washington (não publicado).
- Annales, Les. (1989) "Tentons l'expérience". *Annales*, Vol. 44, n.º 6, novembro-dezembro.
- Balandier, G. (1969) *Anthropologie Politique*. Paris: PUF.
- Beaud, M. (1991) "Economie, théorie, histoire: essai de clarification". *Revue économique*, n.º 2.
- Benson, O. (1967) "The Mathematical Approach to Political Science", in Charlesworth, J. C. (ed.), *Contemporary Political Analysis*.
- Berelson, B. (ed.) (1963) *The Behavioral Sciences Today*. New York: Basic Books.
- Bernard, J. (1983) *Le sang et l'histoire*. Paris: Buchet-Chastel.
- Blang, M. (1976) "Khun versus Lakatos on Paradigms versus Research Programs in the History of Economics", in Latsis, J., *Methods and Appraisal in Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 149-70.
- Braudel, F. (1960) "Histoire et sociologie", in Gurvitch, G., *op. cit.*, p. 82-93.
- Brunet, R. (1982) "La géographie", in Godelier, M. (ed.), *Les sciences de l'homme et la société*. Paris: La Documentation Française.
- Brunk, G. G. (1989) "Social Science Journals: A Review of Research Sources

- and Publishing Opportunities for Political Scientists”, in *Political Science*, set., p. 617-27.
- Certaines, J. D. (ed.) (1976) “La biophysique en France: critique de la notion de discipline scientifique”, in Lemaine et al., op. cit., p. 99-122.
- Chaunu, P. (1979) *Le courrier du NRS*. n.º 3, julho, p. 5.
- Deutsch, K. W., Markovits, A. e Platt, J. (1986) *Advances in the Social Sciences 1900-1980, What, Who, Where, How?* Cambridge: University Press of America.
- Dogan, M., e Pahre, R. (1990) *Creative Marginality: Innovation at the Intersections of Social Sciences*. Boulder, Col.: Westview Press.
- Easton, D. e Shelling, C. F. (1991) *Divided Knowledge, Across Disciplines, Across Cultures*. Newbury Park, Calif.: Sage.
- Eliade, M. (1977) “Religions”, in *International Social Science Journal*, Vol. XXIX, n.º 4, p. 615-27 (Número especial sobre “Facetas da interdisciplinaridade”).
- Frieden, J. A. e Lake, D. A. (eds.) (1991) *International Political Economy*. New York: Saint-Martin Press.
- Giddens, A. (1987) “Weber and Durkheim: Coincidence and Divergence”, in Mommsen and Osterhammel, op. cit.
- Gilfillan, S. C. (1965) “Roman Culture and Oxygenic Lead Poisoning”. *Mankind Quarterly*, Vol. 5, n.º 3, p. 3-20.
- Greenstein, F. J., e Polsky, N. W. (eds.) (1975) *Handbook of Political Science*, vol. VIII, *Cumulative Index*. Reading, Mass.: Addison-Wesley.
- Gurvitch, G. (ed.) (1960) *Traité de sociologie*, 2 vol. Paris: PUF.
- Izard, M. (1988) “Présentation de l'Anthropologie politique aujourd'hui”, in *Revue Française de Science Politique*, vol. 38, n.º 5, outubro.
- Jacob, F. (1975) “Biologie moléculaire: la prochaine étape”, in *La recherche en biologie moléculaire*, op. cit. p. 57-62.
- Jones, E. (1979) “Geography. New Perspectives on an Old Science”, in Rokkan, S. (ed.), *A Quarter of a Century of International Social Science*. Delhi: Concept Company, p. 95-110.
- Klausner, S. Z. (ed.) (1967) *The Study of Total Societies*. Garden City, N. Y.: Anchor Books.
- Kourilsky, F. (1990) “Introduction”, in *Actes du colloque Carrefour des sciences*. Paris: CNRS, p. 13-17.
- Kuhn, T. (1970) *The Structure of Scientific Revolutions*. University of Chicago Press, 2.ª ed.
- Laponce, J. (1983) “Political Science and Geography”, in *International Social Science Journal*, p. 449-58.
- Laponce, J. (1988) “Political Science and Interdisciplinarity”. Report of the World Congress on Political Science, Washington.

- Laponce, J. (1989) "Political Science: An Import-Export Analysis of Journals and Footnotes", in *Political Studies*, p. 401-19.
- Le Goff, J. (1991) "Discours lors de la réception de la médaille d'or du CNRS".
- Lemaine, G., MacLeod, R., Mulkay, M., e Weigast, P. (eds.) (1976) *Perspectives on the Emergence of Scientific Disciplines*. The Hague: Mouton.
- Lesourme, J. (1990) "Une science balkanisée", in *Le Monde*, 16 de outubro.
- Lipset, S. M. (1969) *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University Press.
- Martinelli, A., e Smelser, N. Y. (1990) "Economic Sociology, Historical Threads and Analytic Issues", *Current Sociology*, Vol. 38, n.º 2, outono, p. 247-72.
- Mitchell, M. W. (1969) "The Shape of Political Theory to Come: From Political Sociology to Political Economy", in Lipset, S. M. (ed.), *op. cit.* p. 101-36.
- Mikesell, M. W. (1969) "The Borderlands of Geography as a Social Science", in Sherif, M., *Interdisciplinary Relationships in the Social Sciences*. Chicago: Aldine, p. 227-48.
- Mommsen, W. J. e Osterhammel, J. (1987) *Max Weber and his Contemporaries*. London: Allen & Unwin.
- Morin, E. (1990) "De l'interdisciplinarité", in CNRS, *Actes du colloque Carrefour des sciences*. Paris: CNRS, p. 21-39.
- OECD (Organization for Economic Co-operation and Development). (1972) *Interdisciplinarity, Problems of Teaching and Research in Universities*. Paris: OECD.
- Proust, J. (1991) "L'interdisciplinarité dans les sciences cognitives". Relatório para a Unesco.
- Runciman, W. G. (1962) *Social Science and Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sachs, I. (1991) "Le développement: un concept transdisciplinaire par excellence". Relatório para a Unesco.
- Sarouf, F. J. (1965) *Political Science, an Informal Overview*. Columbus, Ohio: Merrill.
- Sarton, G. (1927) *Introduction to the History of Science*. New York: Williams & Wilkins.
- Sills, D. L. (1986) "A note on the Origin of Interdisciplinarity". ITEM, Social Science Research Council, março.
- Smelser, N. (ed.) (1988) *Handbook of Sociology*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Stoetzel, J. (1963) *La Psychologie sociale*. Paris: Flammarion.
- Thuillier, P. (1975) "Comment est née la biologie moléculaire," in *La recherche en biologie moléculaire, op. cit.* p.13-36.

- Turner, H. (1991) "The Many Faces of American Sociology. A Discipline in Search of Identity", in Easton, D. e Schelling, C., *op. cit.* p. 59-85.
- Valadi, B. (1990) *Pareto: la naissance d'une autre sociologie*. Paris: PUF.
- Various. (1975) *La recherche en biologie particulaire*. Paris: Seuil.
- Wallerstein, I. (1976) *The Modern World System.*, Vol. I, p. 11. New York: Academic Press.